

Vogais nasais e nasalizadas: uma falsa questão?

MARIA AUGUSTA CAVACO MIGUEL

Universidade dos Açores

0. Introdução

Uma das características fónicas que identifica a Língua Portuguesa é a presença quase constante de sons nasais na oralidade. As vogais, assim como os ditongos nasais que se formam na cadeia falada, são uma marca que distingue o nosso idioma entre as línguas românicas¹. Agregados nasais como os que apresentam palavras do nosso dia-a-dia do tipo: “ninguém”, “tombam”, “têm”, “põem” ou “encontram”, onde a nasalidade está fortemente marcada, são bem demonstrativos desta actividade no Português.

Pese embora a frequência deste tipo de sons na Língua Portuguesa, muito pouco se sabe ainda acerca do quadro fonológico que permite a sua ocorrência. Sabe-se, no entanto, desde há muito, que, apesar do seu valor contrastivo, as vogais

¹ Note-se que noutras línguas, uma vogal e uma consoante nasal em circunstâncias silábicas semelhantes às do Português podem apresentar um quadro fonológico diferente. Em Espanhol, por exemplo, a consoante nasal é homorgânica com a consoante seguinte tanto em sílaba fechada como no final de palavra. Essa assimilação é bem visível nas formas: u[m]beso; u[n]dedo; u[ŋ]gato, apresentadas em Goldsmith (1990: 71).

nasais não têm existência lexical (cf. Head 1965; Mattoso Câmara 1970; *inter alia*). O seu aparecimento na cadeia falada deve-se tão-somente à conjugação de factores como sejam a presença de uma vogal oral e de uma consoante nasal num contexto favorável à nasalização. Para além disso, estabeleceu-se ainda uma distinção entre as vogais nasalizadas por assimilação do traço nasal da consoante da sílaba seguinte e as verdadeiras nasais, ou seja, as vogais que nasalizam com a consequente supressão da consoante nasal. Os ditongos nasais, por seu turno, foram geralmente interpretados através da actuação de regras de inserção ou regras de transformação de vogais em semivogais (cf. Mateus 1975).

Mesmo com as devidas limitações, as análises desenvolvidas no passado transportaram-nos na nossa compreensão deste problema e constituíram um grande avanço em relação às Gramáticas da Língua Portuguesa que, tradicionalmente, identificavam, para além de um conjunto de cinco vogais nasais, conjuntos de ditongos e de tritongos, também eles nasais².

Na nossa perspectiva, a nasalização vocálica, qualquer que seja o seu tipo, advém efectivamente da presença de uma consoante nasal na estrutura silábica, como indicam os dados da própria língua. Mas a questão que subsiste é a seguinte: como é que a nasalização se processa no Português europeu? Fará sentido continuar a estabelecer uma distinção tão peremptória entre vogais nasalizadas e vogais nasais? Do nosso ponto de vista, consideramos que seria desejável poder explicar ambas as nasalizações com o mesmo mecanismo.

²Mais recentemente, Mateus e E. d'Andrade (2000) propõem que as vogais e as consoantes nasais possam ser explicadas como sendo o resultado da associação do traço flutuante [nasal] a um constituinte silábico.

No trabalho que aqui vamos desenvolver, procuraremos demonstrar que a nasalidade que as vogais portuguesas apresentam tem origem numa consoante nasal, a qual se associa a uma única vogal se existirem as condições para que tal aconteça. Factores tais como a formação silábica, o acento, a adjacência e a direcionalidade desempenham, cada um deles, um papel crucial na construção destas unidades. Iremos demonstrar também que a alteração de qualquer um destes factores tem consequências na nasalização de uma vogal.

O nosso objectivo com este trabalho é dar a conhecer os mecanismos que concorrem para a formação dos sons vocálicos nasais no nível fonético, através da análise fonológica dos mesmos. Dada a importância deste problema, consideramos que a nossa análise poderá ser um contributo válido para que se possa atingir um patamar de conhecimento que nos anime a prosseguir com o estudo deste fenómeno tão peculiar da Língua Portuguesa.

O problema

Na Língua portuguesa existem três consoantes nasais, a bilabial /m/, a coronal /n/ e a pré-palatal /ɲ/. Todas estas consoantes são responsáveis pela nasalização vocálica desde que a vogal e a consoante obedeçam a determinadas condições silábicas e prosódicas. Desse encontro resulta um conjunto de cinco vogais nasais: /ẽ/, /ẽ̃/, /ĩ /, /õ/ e /ũ/.

Como já referimos, nos modelos fonológicos mais antigos distinguiram-se as vogais nasalizadas ou nasalação vocálica das verdadeiras nasais (cf. Mattoso Câmara 1970; Mateus 1975). Nestas descrições, as nasalizadas apenas assimilavam a nasalidade da consoante nasal que tinham à sua direita, sendo esta audível na forma fonética. No caso das verdadeiras nasais, a vogal

tornava-se nasal com a consequente queda da consoante nasal. Neste último caso, Mattoso Câmara (1970) explicou a nasalização da vogal pelo facto de esta se encontrar em sílaba travada pelo arquifonema /N/, enquanto que (Mateus 1975) justificou o grau máximo de nasalidade numa vogal com a presença de uma consoante nasal coronal seguida de consoante. No final de palavra, onde a nasalização tem uma grande incidência, as explicações mantiveram o mesmo perfil da explicação anterior, VNC = VN#; isto é, a sílaba fechada e o final de palavra foram considerados como tendo o mesmo efeito neste processo fonológico.

A nasalação por assimilação à consoante nasal da sílaba seguinte ou “pronúncia levemente nasal”, para usar uma expressão de Mattoso Câmara (1978: 25), nunca foi considerada como sendo um problema verdadeiramente fonológico se comparado com as vogais em que se dá a supressão da consoante nasal - as comumente designadas por verdadeiras nasais. O poder contrastivo destas últimas *versus* a impossibilidade de estabelecer contrastes fonológicos com as primeiras ditou uma sentença de desigualdade entre estes sons que persiste ainda hoje. No entanto, visto o problema por um crivo mais cerrado, damo-nos conta de que a nasalidade nas vogais tem muito mais *nuances* do que aquilo que acabámos de resumir³.

Aquilo que chamaria menos a atenção no passado mas que é fundamental para a nossa compreensão do fenómeno é que nas nasalizadas, a nasalidade deixa de se ouvir na vogal logo que o acento muda de posição na palavra, enquanto que nas “ditas nasais” a deslocação do acento na palavra não acarreta

³ Hajek (1997: 69) faz a seguinte afirmação: “vowel nasalization can take place independently of nasal consonant deletion” e dá como exemplo a expressão *ûn ami*, em Francês.

alteração da nasalidade. Este comportamento vocálico é bastante significativo do ponto de vista fonológico.

As nossas observações indicam que, quando uma vogal se encontra em sílaba aberta seguida de uma consoante nasal, a nasalização depende do facto de a vogal ser tónica ou não e da sua natureza⁴. No caso de a vogal se encontrar em sílaba fechada, i.e. quando uma vogal tem uma consoante nasal estritamente adjacente à sua direita, seguida de outra consoante, a nasalização não depende do acento mas sim deste factor silábico⁵. No final de palavra, observamos que as vogais nasais que são, regra geral, tónicas apresentam-se quase sempre ditongadas. No entanto, com a mudança de posição do acento tónico, os ditongos deixam de existir e as vogais, para além de deixarem de ser nasais, também sofrem uma redução, o que é, mais uma vez, revelador de um quadro fonológico importante.

Em primeira instância, iremos centrar a nossa atenção na nasalização que ocorre sobre uma vogal sem que haja apagamento da consoante nasal, isto é, em sílaba aberta. Tendo em consideração o facto de a nasalidade ocorrer pontualmente sobre uma vogal e desta só poder concretizar-se mediante a conjugação de vários factores, em contraste com a nasalidade que se apresenta com um carácter permanente, passaremos a designar esta nasalização por *nasalização temporária*.

⁴ Os nossos dados revelam que, para além das vogais baixas não surgem nasalizadas em circunstância alguma no Português europeu, temos ainda as vogais altas /i/ e /u/ que também resistem à nasalização em sílaba aberta num número razoável de palavras como, por exemplo em *clínica* e *lume*, que são pronunciadas habitualmente sem timbre nasal. Consideramos que este fenómeno terá que ser objecto de outra análise fonética e fonológica, fora do âmbito deste trabalho.

⁵ Pese embora o facto de a consoante nasal não ter visibilidade neste contexto, já foi amplamente discutida a reacção de segmentos como, por exemplo, a vibrante /r/ que é pronunciada /R/ após uma vogal nasal, o que deixa clara a sua existência.

1. A nasalização temporária de uma vogal: condições e restrições

A nasalização temporária de uma vogal é mais efémera pelo facto de estar sujeita a inúmeras condicionantes. Mas, apesar da natureza do problema, não podemos desvalorizá-lo e, tal como a nasalização que tem um carácter permanente, devemos encará-lo do ponto de vista fonológico como sendo um problema concreto da fonologia portuguesa⁶.

O factor assimilação que, no caso das nasalizadas constituiu a indiscutível explicação do problema, pode ser analisado com mais precisão já que o contacto da consoante nasal com uma vogal, por si só, não faz com que haja assimilação da nasalidade⁷. Os exemplos que se seguem demonstram aquilo que acabo de dizer.

1.	2.	3.
manivela	camarada	banheira
canavial	temático	pinhal
minuto	cimeira	desenhar
funeral	tomate	sonhar
tonelada	fumar	minhoca

⁶Recordamos que Mattoso Câmara (1978) não considera esta nasalidade um problema fonológico pelo facto destas vogais não estabelecerem contrastes distintivos.

O grau de nasalidade das vogais não será tido em consideração já que o mesmo é irrelevante no tipo de análise que estamos a desenvolver.

⁷Hajek (1997: 65) diz a respeito desta nasalização o seguinte: "Low-level regressive coarticulatory nasalization is generally not considered to be an unexpected feature of vowels in VN sequences. It is a phonetic property of adjacency, where in the sequence VN, some anticipatory velic opening on V occurs through a failed synchronization with the oral closure of N".

Como se pode apreciar nos exemplos de 1., 2. e 3., onde se exibem consoantes nasais dos três tipos, nenhuma delas desencadeia a assimilação nasal na vogal precedente. Quer isto dizer que, para abordarmos o problema da nasalização teremos que ter em conta outros parâmetros para além do contexto.

As nossas observações indicam que a associação da nasalidade a uma vogal numa sílaba aberta depende da posição que ela ocupa em relação a uma consoante nasal e do facto de ela ser tónica ou não. Passemos a analisar as condições e as restrições que se conjugam para a obtenção desta nasalização. Começaremos por demonstrar a importância do acento neste processo fonológico.

1.1. A nasalização e o acento tónico

O acento exerce um papel preponderante no desencadeamento da nasalização. A nasalização pode ocorrer numa sílaba aberta sempre que uma vogal tónica tiver uma consoante nasal à sua direita. A nasalidade parte de qualquer uma das três consoantes nasais, da coronal, da bilabial ou da palatal. Porém, neste tipo de nasalização as vogais só conservam a nasalidade enquanto mantêm o acento tónico; logo que o acento muda de posição na palavra, a nasalidade da vogal deixa de se ouvir, como se pode observar nos exemplos que se seguem.

4.a.	b.	5.a.	b.	6.a.	b.
c[ẽ]ma	c[ɐ]minha	c[ẽ]na	c[ɐ]ninha	m[ẽ]nha	m[ɐ]nhoso
t[ẽ]ma	t[i]mático	p[ẽ]na	p[i]noso	l[ẽ]nha	l[i]nhoso
c[õ]mo	c[u]mer	n[õ]me	n[u]mear	s[õ]nho	s[u]nhar

Enquanto que nos exemplos (4.a., 5.a e 6.a.) a nasalidade é audível, nas formas derivadas em (4.b., 5.b. e 6.b.) há uma total ausência de nasalidade sobre a vogal que fora previamente tónica. Estes exemplos mostram que a nasalidade só se propaga à vogal se esta for tónica; ao passar a átona, a vogal deixa simultaneamente de ser nasal. Por esta razão, consideramos que este problema tem uma inegável vertente prosódica. Assim, a nasalidade nestas vogais pode ser interpretada no plano suprasegmental como sendo o resultado da propagação de um elemento nasal flutuante que se associa à vogal conjuntamente com o acento tónico, tal como Goldsmith (1990) propõe para estes casos de assimilação⁸.

Os resultados desta análise permitem-nos propor o seguinte: *a nasalidade temporária consiste na propagação do elemento nasal de uma consoante nasal para uma vogal tónica.*

1.2. A adjacência e a direccionalidade

Para além de ser tónica, a vogal só assimila a nasalidade se a consoante nasal ocupar uma posição estritamente adjacente à sua direita; isto é, a consoante nasal tem obrigatoriamente que ocupar uma posição contígua, à direita da vogal. Sem esta distribuição, nenhuma consoante nasal tem a capacidade de nasalizar uma vogal. Os exemplos expostos em (7.) provam que a adjacência é um factor fundamental na nasalização das vogais.

⁸ Goldsmith (1990) diz a esse respeito o seguinte: “[...]it is natural to hypothesize that all rules of assimilation must be treated autosegmentally”. (p. 282)

7.

abor[i]gene

oc[i]ano

F[á]tima

r[ɐ]inha

V[i]ena⁹

A direccionalidade é outro factor que concorre para a nasalidade de uma vogal. A nasalidade só se dá se a consoante nasal se encontrar à direita de uma vogal tónica. Noutras palavras, *a adjacência e a direccionalidade têm que ser observadas para que a nasalização ocorra.*

Os exemplos que se seguem confirmam o que acabámos de dizer.

8.a.

am[o]r

Cam[i]lo

m[a]ta

m[e]do

b.

anan[á]s

an[i]l

hon[o]r

n[e]gro

c.

amanh[e]ce

nenh[u]res

penh[o]ra

pinh[a]l

Nos exemplos de (8.a., b. e c.), as consoantes nasais /m, /n/ e /ɲ/ encontram-se em sílaba aberta, estritamente adjacentes à vogal tónica. Mas, apesar de obedecerem às exigências de tonicidade e de adjacência, o facto de ocuparem uma posição à esquerda da vogal e não à direita, faz com que haja inibição da nasalidade sobre a vogal. Estes exemplos demonstram que a

⁹ Note-se que, nestes exemplos, a nasalidade não se propaga à primeira vogal da palavra, a qual não é adjacente à consoante nasal.

posição da consoante é determinante neste processo¹⁰. Estas observações levam-nos a propor ainda que *a nasalidade se propaga apenas da direita para a esquerda*.

1.3. A nasalidade e os domínios de regência

As nossas observações revelam que os domínios de regência constituem uma barreira à passagem da nasalidade. As vogais alojadas em núcleos ramificados e em rimas não nasalizam. Assim acontece com os ditongos, onde uma vogal e uma semivogal estão ligadas a um mesmo constituinte silábico através de dois nós esqueletais e nas rimas, onde o núcleo recebe uma consoante na posição de coda. Embora estes constituintes se encontrem nas situações silábicas e suprasegmentais exigidas por este tipo de nasalidade, esta não se lhes associa. Vejam-se os exemplos seguintes:

9.a.	b.	c.
fauna	forma	alma
faina	forno	calma
Jaime	ermo	colmo
coima	terma	elmo
teima	turma	polme

¹⁰ Existem línguas como, por exemplo, o malaio em que o processo de nasalização se faz da esquerda para a direita; isto é, a vogal nasaliza se estiver situada à direita de uma consoante nasal. Por exemplo, [mākan] (comer); [nāĩk] (ascender), segundo dados de Durand (1992: 114).

10.a.

A		N		A	N
	/	\			
x	x	x	x	x	
f	a	w	n	e	

b.

R				
N			A	N
x	x		x	x
a	l		m	e

Como se pode observar nos exemplos apresentados em (9.a.), a nasalidade não se propaga da consoante nasal para o núcleo que a antecede, apesar deste receber o acento tónico, pelo facto deste ser complexo. O mesmo se pode verificar nos exemplos de (9.b.e c.), onde a rima é o factor que interdita a nasalização da vogal. A análise destes dados demonstra que as estruturas complexas bloqueiam a passagem da nasalidade da consoante para a vogal, o que confirma a nossa hipótese de que a nasalidade em português faz uma leitura silábica.

Fica assim demonstrado que as estruturas silábicas desempenham um papel preponderante na associação ou não-associação da nasalidade a uma vogal.

Em resumo, e face à análise exposta, não podemos deixar de encarar esta nasalização como sendo de natureza verdadeiramente fonológica já que se podem prever as circunstâncias em que a vogal recebe o tom nasal e quando é que essa nasalidade nunca poderá ocorrer.

Face às observações anteriores, podemos concluir que uma *nasalização temporária* terá que obedecer às condições seguintes:

- A vogal tem que ser tónica*
- A vogal tem que ter uma consoante nasal, estritamente à sua direita.*
- A vogal tem que se encontrar num constituinte simples.*

Se estas condições forem obtidas, podemos prever a ocorrência de nasalidade sobre uma dada vogal¹¹.

Passemos agora a analisar os casos em que as vogais têm uma nasalização permanente, aquilo a que comumente se designa por verdadeiras nasais.

2. A nasalização permanente

A Língua Portuguesa comporta cinco vogais nasais, /ẽ/, /ẽ/, /ĩ/, /õ/ e /ũ/, que estabelecem contrastes funcionais com outras vogais e que mantêm a nasalidade independentemente da posição do acento. No que respeita às consoantes nasais, verifica-se que nenhuma delas ocorre quer seja no final de sílaba quer seja no final de palavra¹².

O facto destas vogais surgirem nasalizadas sem a presença da consoante nasal e de estabelecerem contrastes distintivos com outras vogais fez com que os linguistas as distinguíssem das demais e as designassem por “verdadeiras vogais nasais”, como já referi anteriormente no ponto 1.1., tendo sido a nasalidade fonológica entendida como distinta da nasalidade que ocorre por assimilação.

No quadro fonológico em que trabalhou, Mattoso Câmara (1970) interpretou estas vogais como sendo a combinação de uma vogal oral com um arquifonema nasal /N/; o mesmo é dizer que qualquer uma das três consoantes nasais tinha a

¹¹ Note-se que, embora a Língua Portuguesa apresente este padrão de nasalidade, o mesmo tem um carácter permissivo já que se podem ouvir as vogais nestas circunstâncias com outro timbre que não o nasal, como seja na palavra *fêmea*.

¹² Ressalvem-se aqui os exemplos encontrados por Delgado-Martins (1976) de “consoantes nasais, de curta duração e intensidade, que surgem em certos casos depois de vogal nasal e antes de certas consoantes, Ex. “canto”: [kântu].” (p. 7).

possibilidade de travar a sílaba¹³, enquanto que Mateus (1975) e E. d'Andrade (1977), entre outros, reconheceram nestas vogais uma formação obtida pela combinação de uma vogal oral e de uma consoante nasal coronal, a qual era suprimida após a aplicação da regra de nasalização da vogal.

Um dado revelador relativamente à natureza da consoante que entra na composição da vogal nasal foi o facto de se observar que, em fronteira morfológica, a vogal nasal se podia decompor numa vogal oral e numa consoante nasal coronal¹⁴. Daí a proposta de uma consoante coronal na formação das vogais nasais.

Nestas análises ficou ainda demonstrado que as vogais nasais portuguesas não têm uma identidade fonológica própria. Note-se no entanto que, em nenhuma delas, se considerou que a manutenção ou não da nasalidade na vogal com a deslocação do acento fosse um factor fonológico relevante. Em contrapartida, esse dado quando analisado no âmbito da teoria da regência, indica que as vogais ao manterem o seu valor independentemente da posição do acento estão numa combinação silábica que impede a sua alteração. A análise dos dados revela que a consoante nasal tem ligação à cadeia silábica na posição de coda, formando uma sílaba fechada com a vogal que a antecede. Esta interpretação, aliás, não só dá continuidade à proposta de Mattoso Câmara (1970) como à de muitos outros linguistas como Goldsmith (1990); Durand (1992); Hajek

¹³ Note-se que Câmara, à cautela, pôs a hipótese de que a Língua Portuguesa, sendo uma língua românica, pudesse comportar-se como o Espanhol ou o Italiano no que concerne à assimilação da consoante nasal na coda.

¹⁴ Neste caso, as fronteiras morfológicas não abrangem necessariamente todo e qualquer morfema nem o final de palavra. Compare-se, por exemplo, *cristão/cristandade* com *irmão/irmanito*.

(1997), etc., relativamente à posição que a consoante nasal ocupa na sílaba.

Para começar, propomos que se observem os exemplos expostos em (11.)–(15.), onde a nasalidade das vogais é mantida independentemente da posição do acento. Seguidamente, iremos justificar, em termos silábicos, aquilo que torna a nasalização permanente.

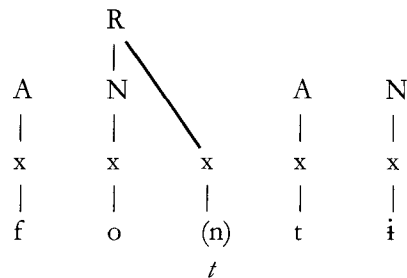
11.	12.	13.
campo/camponês	lenda/lendário	pombo/pombal
santo/santidade	mente/mental	fonte/fontanário
ângulo/angular	pente/pentear	lombo/lombada
14. 15.		
findo/findar	fundo/afundar	
lindo/alindar	mundo/mundial	
pingo/pingueira	unto/untar	

Sabendo que o factor acento não é relevante nestes casos, podemos encarar a possibilidade de justificar este comportamento vocálico através da estrutura silábica.

Se aceitarmos o que já foi demonstrado anteriormente quanto à propagação do traço nasal de uma consoante para a vogal com a qual partilha a sílaba¹⁵, podemos pressupor que a consoante nasal, antes da sua queda, ocupe uma posição adjacente à vogal, à sua direita, ou seja, a coda. Assim sendo, podemos propor que uma palavra como *fonte* tenha a representação silábica seguinte:

¹⁵ Estudos levados a cabo em diversas línguas românicas levaram a concluir que a consoante /n/, em todas elas tem uma duração menor do que as restantes consoantes nasais, o que propicia a sua queda (cf. Hajek 1997: 173).

16.



Note-se que a queda da consoante nasal nestas circunstâncias silábicas deixa um nó na estrutura sem conteúdo segmental. No Português europeu, o comportamento das vogais é consistente com as estruturas silábicas em que se encontram. Basta lembrarmo-nos da reacção das vogais em palavras como *baptista* ou *fracção* (cf. Miguel 1993; 2003), onde há igualmente a perda de uma consoante, para sabermos que, nestas condições, a vogal não sofre alteração de timbre.

A nossa hipótese é a de que, à semelhança do que acontece com as palavras em que se deu a perda de uma consoante, a vogal travada pelo traço da consoante nasal, na rima, não tem a possibilidade de alterar as suas características. Consideramos ainda que, tal como acontece com as vogais temáticas dos verbos que se associam à vogal rizotónica¹⁶ antes da sua supressão também o elemento nasal da consoante, ao tornar-se flutuante (um autosssegmento) se propaga à vogal adjacente, tornando assim a vogal nasal.

¹⁶ Cf. Miguel (1993) para uma discussão acerca do movimento da vogal temática dos verbos em português.

2.1. A não-propagação da nasalidade

Como tivemos oportunidade de ver na análise conduzida no ponto 1.1., a nasalidade de uma vogal era despoletada pelo acento tónico e associava-se exclusivamente a uma vogal. Iremos ver agora que o mesmo acontece no âmbito das “verdadeiras nasais”, em que a nasalidade se restringe a uma vogal, não se propagando à vogal que a antecede. Observem-se os exemplos que se seguem:

17.
adiante
Coimbra
oriente
poente
ruim
triângulo

Os exemplos expostos reiteram a hipótese da estrutura silábica desempenhar um papel relevante na nasalização. Além disso, este indicador é particularmente importante para aquilo que iremos ver no ponto seguinte relativamente à proposta de ditongos nasais.

Vejamos então o que acontece no final de palavra, onde as vogais nasais surgem, de um modo geral, ditongadas.

3. Ditongos nasais: que realidade?

Os ditongos nasais na Língua Portuguesa contam com uma longa história. O seu aparecimento deu-se a partir do século XIII (cf. Williams, 1991). Segundo o mesmo autor, nos finais do século XV, as terminações –am, –om e –ão do português

arcaico tinham todas a mesma leitura. A prova disso é que as mesmas rimavam entre si no *Cancioneiro Geral*. Por esta altura, o processo evolutivo destas terminações encontrava-se já com a forma que têm hoje. Teyssier (1980) diz mesmo que: “Todas as palavras da língua que possuíam primitivamente – *an* (-*am*) e –*on* (-*om*) convergiram desta maneira para uma só terminação em –*ão*.” P. 46.

Com esta fusão, torna-se difícil reconhecer que morfologia e que fonologia correspondem a estes ditongos. É talvez por isso que a discussão deste problema tenha sido e continue a ser algo controversa. Mas independentemente da orientação teórica na abordagem do problema, julgamos recomendável termos em linha de conta o processo histórico que conduziu a este estado de coisas para melhor compreendermos o que está em causa.

Comecemos por observar a ocorrência das vogais nasais no final de palavra nos exemplos que se seguem:

18.

ce ^{ti} m	[si ^{tĩ}]
co ^{mu} m	[ku ^{mũ}]
lã	[l ^ẽ]
so ^m	[s ^õ] ¹⁷

Como vemos, hoje em dia só quatro vogais nasais ocorrem em final absoluto de palavra. A vogal nasal [ẽ] aparece geralmente ditongada, com a pronúncia [ẽĩ]. Palavras como: *bem*, *Belém*,

¹⁷ Note-se que, no final absoluto de palavra, o Português difere, por exemplo do Francês, já que a vogal mantém o seu valor na fronteira de palavra, enquanto que, em Francês, esta desdobra em vogal nasal e consoante nasal coronal. Por exemplo: [s^õ ɛgúdu] vs [m^õn ami].

miragem, etc., acabam com o mesmo ditongo que o da palavra *mãe*¹⁸. Isto quer dizer, desde logo, que uma vogal nasal tem a possibilidade de ditongar neste contexto.

Fonologicamente, tem-se partido do princípio de que, no final de palavra, as vogais obtêm a mesma nasalização que aquela que ocorre em sílaba fechada, já que o factor que caracteriza este tipo de nasalização é a queda da consoante nasal. A ocorrência de ditongos nasais, por seu lado, tem obtido outro tipo de explicação, como seja a inserção de uma semivogal. O que não se tem discutido é a razão pela qual os ditongos nasais em Português só ocorrerem no final de palavra.

Perante os resultados da análise desenvolvida nos pontos 1. e 2. deste trabalho, não obtivemos qualquer evidência silábica que nos permita explicar a existência de ditongos nasais, crescentes ou decrescentes, em que a vogal e a semivogal sejam ambas nasais. O que ficou demonstrado foi que a nasalidade não se propagava para além de uma única vogal. Assim sendo, não é sustentável, à partida, a hipótese da existência destes conjuntos segmentais em termos fonológicos¹⁹.

Mas o facto é que estes conjuntos de vogal e semivogal nasais ocorrem efectivamente na fala; logo, temos que procurar alcançar uma explicação fonológica para este fenómeno. Antes porém de avançarmos na discussão do problema, proponho que comecemos por recapitular o quadro dos ditongos nasais

¹⁸ Consideramos que palavras como *muito* ou *têm*, que “não fazem regra”, podem ser explicadas individualmente.

¹⁹ Note-se que é necessário fazer a distinção entre os conjuntos de vogais e semivogais que, foneticamente são considerados ditongos daquilo que são estruturas silábicas complexas (i.e. núcleos ramificados) que se ligam à estrutura silábica por dois nós esqueletais. V. a demonstração de que uma vogal e uma semivogal estão ligadas ao mesmo constituinte silábico em Miguel (2003).

decrecentes que as gramáticas e os manuais de língua portuguesa habitualmente registam. A *Gramática do Português Contemporâneo*, por exemplo, aponta os seguintes ditongos nasais decrecentes: [ẽj], [ẽw], [ẽj], [õj] e [ũj].

Pese embora a extensão do quadro que a Gramática regista, se desvalorizarmos o ditongo [ũj], o qual só se encontra como exemplo na palavra *muíto* e o ditongo [ẽj] que só ocorre dialectalmente, restam-nos apenas três ditongos – nomeadamente [ẽj], [ẽw] e [õj].

Uma outra observação é a de que, apesar de serem catalogados como ditongos nasais, nos exemplos expostos apenas a vogal é registada com nasalidade. A semivogal que compõe cada um dos ditongos aparece como sendo oral. Já o mesmo não se poderá dizer das abundantes transcrições fonéticas da variedade *standard* portuguesa, onde a vogal e a semivogal surgem ambas nasais. Palavras como *pão* e *irmão* são transcritas da seguinte forma: [pẽw̃]; [irmẽw̃], tal como em *tombam* [tõbẽw̃], em que o ditongo nasal é composto por uma vogal e uma semivogal, ambas nasais.

Embora fosse preferível que as assumpções fonológicas que aqui vamos desenvolver pudessem ser suportadas por evidência fonética, partimos do princípio de que um ditongo nasal é composto por uma vogal e por uma semivogal, ambas nasais. A questão é sabermos se ambos os segmentos se ligam a um mesmo constituinte silábico ou não; isto é, se formam um ditongo fonológico em que a vogal e a semivogal estão comprometidas no mesmo constituinte ou se estão em constituintes separados.

A tese que temos vindo a defender até agora é a de que a nasalidade, em circunstância alguma, se aloja num constituinte complexo. As nossas observações indicam que a nasalidade provém da consoante nasal existente numa sílaba e que a mesma

não vai além da vogal adjacente à consoante, à sua esquerda. Por esta via, ficamos impossibilitados de explicar a existência de qualquer ditongo nasal silabicamente definido.

Perante este impasse relativamente à proposta de ditongos nasais decrescentes, propomos a observação de novos exemplos de formas com segmentos nasais no final de palavra, de forma a continuarmos a nossa análise. Considerem-se os exemplos seguintes:

19.	20	21.	22.
[ẽw]	[ẽj]/[ẽw]/[õj]	[ẽw]/ [u]	[õj]
capitã+e/capitan+ia	capitã+e+s	feijão/feijo(n)+ada	feijõ+e+s
irmã+o/irman+ar	irmã+o+s	trovão/trovo(n)+ada	trovõ+e+s
limão+e /limon+ada	limõ+e+s	leilão/leilo(n)+ar	leilõ+e+s
região+e/region+al	regiõ+e+s	colchão/acolcho(n)+ar	colchõ+e+s

O que estes exemplos sugerem é que há várias formas subjacentes que condicionam as terminações nasais das palavras portuguesas, o que condiz, aliás, com a história da língua. Primeiramente, observamos nos exemplos apresentados em (19) que –on , –an e –ão alternam ainda hoje nas palavras consoante se trate de final de morfema ou final de palavra, sem prejuízo do significado. Observamos também que as terminações –on e –an reduzem respectivamente para [u] e para [ẽ] como se de uma vogal simples se tratasse. Este indicador, por si só, evidencia claramente que não pode haver ditongo neste ponto, já que os ditongos formados silabicamente não sofrem alteração nas vogais (cf. Miguel 1993; 2003).

Vimos entretanto que, historicamente, o –ão que ocorre no final de palavra provém das terminações –an e –on, formas que ainda afloram nas próprias palavras quando lhes damos uma extensão morfológica. Ora se –on e –ão alternam na mesma palavra, podemos supor que são a mesma identidade. Resta-

-nos agora explicar como é que a vogal nasal [õ] e o ditongo [ẽw] são, à partida, uma única entidade fonológica. Sabendo que a vogal /o/ é composta pelos elementos A e U (c.f. Kay, J., J. Lowenstamm e J.-R. Vergnaud, 1985), parece-nos razoável pensar que o [ẽw] seja apenas a decomposição da vogal [õ] nos seus elementos de formação e nunca um conjunto de vogal, semivogal e consoante nasal, coisa que a língua não permite nos restantes contextos.

Assim, ou a vogal e a semivogal se encontram em constituintes separados (o que fonologicamente não se pode considerar um ditongo) ou são o resultado da interpretação de uma vogal nasal nos seus elementos de composição, como acontece com a vogal [ẽ], não podendo, de modo nenhum, ser contabilizada como ditongo.

4. Conclusão

As vogais nasais portuguesas foram no passado e continuarão sendo no presente motivo de grande controvérsia. Independentemente do quadro teórico em que cada investigador trabalhe, há sempre um conjunto de problemas sobre os quais ainda não se fez luz. O facto de a língua, historicamente, ter sofrido uma quantidade enorme de alterações nestes segmentos torna o seu estudo ainda mais arriscado. Consideramos que a convergência de vários campos de análise, nomeadamente, da fonologia, da fonética, da morfologia e da linguística histórica poderia tornar mais compreensível a dinâmica da língua neste campo.

Do estudo que aqui levámos a cabo, concluímos que a existência de uma consoante nasal é a condição fundamental para que ocorra qualquer um dos tipos de nasalidade que

outrora foram considerados tão díspares. Em termos distribucionais, verificamos que uma vogal só nasaliza se for seguida, à direita, por uma consoante nasal, quer esta permaneça na palavra quer seja suprimida. É esta consoante que atribui as suas características nasais à vogal.

As principais diferenças fonológicas a ter em consideração entre a “nasalização temporária” e a “nasalização permanente” são os factores acento que, na primeira, é indispensável para que o fenómeno ocorra e o factor silábico que, na segunda, dá conta da queda da consoante nasal e regista esse vazio mantendo a característica nasal na vogal.

Do ponto de vista fonológico, o que se torna evidente é que existem situações silábicas que determinam o quadro da nasalização das vogais. Na sílaba aberta podemos dar conta da natureza suprasegmental da nasalidade; o mesmo se constata em sílaba fechada. Neste contexto, as vogais comportam-se como quaisquer outras quando a posição de coda fica vazia.

Os aglomerados nasais que ocorrem na fala, nomeadamente os ditongos, não mostraram ter origem a nível silábico. Através da análise que aqui conduzimos, não encontrámos nenhuma possibilidade para a sua formação silábica. No entanto, é possível explicar como é que eles podem ocorrer a nível fonético.

Contamos com este estudo ter lançado mais alguma luz sobre uma matéria que ainda está longe de atingir uma explicação satisfatória. Esperamos que outras achegas possam abrir novos horizontes para uma melhor compreensão deste velho problema.



BIBLIOGRAFIA

- ANDRADE, E. d' (1977). *Aspects de la Phonologie (générative) du Portugais*. Lisboa: INIC.
- CÂMARA Jr., J. (1970). *Estrutura da Língua Portuguesa*. Petrópolis: Vozes, 14.^a ed..
- ____ (1977). *Para o Estudo da Fonêmica Portuguesa*. Rio de Janeiro: Padrão.
- ____ (1978). *Problemas de Linguística Descritiva*. Rio de Janeiro: Vozes, 9.^a ed..
- CUNHA, C. e CINTRA, L.(1985). *Nova Gramática do Português Contemporâneo*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira.
- DELGADO-MARTINS, M. R. (1976). "Vogais e consoantes do português: estatística de ocorrência, duração e intensidade", *Boletim de Filologia*, 24: 1-11. Lisboa: Centro de Estudos Filológicos.
- DURAND, J.(1992). *Fundamentos de Fonologia Generativa y no Lineal*. Barcelona: Editorial Teide.
- GOLDSMITH, J. (1990). *Autosegmental & Metrical Phonology*. Cambridge: Basil Blackwell.
- HAJEK, J. (1997). *Universals of Sound Change in Nasalization*. UK: Blackwell Publishers.
- HEAD, B. (1965). "A Comparison of the Segmental Phonology of Lisbon and Rio de Janeiro". Dissertação de Doutorado, Universidade do Texas, Austin.
- KAYE, J., J. LOWENSTAMM e J.-R. VERGNAUD (1985). "The internal structure of phonological elements: A theory of charm and government". *Phonology* 2, pp. 305-328.

- LACERDA, A. & HEAD, B. (1966). “Análise dos Sons Nasais e Nasalização do Português”, in *Revista do Laboratório de Fonética Experimental*, Universidade de Coimbra, 6, pp. 5-71.
- MATEUS, M. H. (1975). *Aspectos da Fonologia Portuguesa*. Lisboa: INIC
- MATEUS, M. H. e E. d’ ANDRADE (2000). *The Phonology of Portuguese*. Oxford: University Press.
- MIGUEL, M. A. (1993). “Os Padrões das Alternâncias Vocálicas e da Vogal Zero na Fonologia Portuguesa”. Dissertação de doutoramento apresentada à Universidade dos Açores, Ponta Delgada.
- (2003). “As estruturas silábicas e a redução vocálica no Português Europeu” in *Revista de Estudos da Linguagem*, V. 11, N.º 1, pp. 95-118.
- SCHANE, S. (1984). “The fundamentals of particle phonology”, *Phonology Yearbook* 1, pp. 129-155.
- TEYSSIER, P. (1980). *História da Língua Portuguesa*. Lisboa: Livraria Sá da Costa Editora.
- WILLIAM, E. (1991). *Do Latim ao Português*. Tradução de Antônio Houaiss. Rio de Janeiro: Tempo brasileiro, 5.ª Ed., 1991.